



GT – “23”: “Urbanização, turismo e lazeres”

OS PÓRTICOS TURÍSTICOS COMO PARTE DE UMA POLÍTICA LOCACIONAL DAS FORMAS SIMBÓLICAS EM CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO TURÍSTICA NAS CIDADES HISTÓRICAS DE PETRÓPOLIS E VASSOURAS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo dos Santos Borges
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ
rodrigo.borges@ifrj.edu.br

Miguel Ângelo Campos Ribeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGEU/UERJ
E-mail: mamikisi@gmail.com

RESUMO: A espacialização da atividade turística pressupõe a construção de uma imagem representativa daquela localidade como destino. Os pórticos aqui estudados, além de sua monumentalidade, servem para dotar o espaço de perfil adequado à exploração turística, especialmente por se converterem em estruturas de direcionamento do fluxo de visitantes. É nesse contexto que pretendemos compreender, através da inserção dos pórticos na paisagem local, como se materializa o trabalho de organização espacial do turismo nos municípios de Petrópolis e Vassouras, duas localidades diretamente vinculadas ao período imperial brasileiro e núcleos relevantes para a economia do turismo no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa baseada em revisão de literatura e análise documental alinhadas à necessidade de avaliarmos a política locacional associada aos pórticos turísticos.

Palavras-chave: pórticos; política locacional; turismo

1. INTRODUÇÃO

Monumentos são planejados para projetar na paisagem uma mensagem, uma ideia, um projeto, uma relação de poder. Em seu trabalho *Cidade, Monumentalidade e Poder*, Rodrigues (2001) nos apresenta uma classificação dos monumentos baseada no nível de consciência daqueles que inseriram na paisagem dado objeto. Neste contexto, as obras poderiam ser

pensadas, desde o momento de sua espacialização, com objetivo explícito de rememorar e/ou conservar algum aspecto relevante para determinado grupo social, conformando-se como monumentos intencionais; mas, não são raros os casos aos quais determinado artefato, espacializado em momento pretérito e sem a função predeterminada de ser visualizado enquanto referencial de memória, converte-se em monumento, o que poderia nos fazer interpretá-lo como um monumento não intencional, dentre os quais poderíamos citar os monumentos históricos, vistos como fixos construídos em momento pretérito, com objetivos e funções diversas daquelas e vinculadas ao cotidiano da época aos quais foram concebidos e que, em um processo de integração a dinâmica social, política, econômica e cultural atual, são, não raras vezes, patrimonializados, a partir de estratégias de conservação de uma memória histórica que retrata uma visão monolítica do passado brasileiro, com representações que interessam as elites política, econômica, religiosa e militar (SCIFONI, 2020).

Essa classificação foi trabalhada inicialmente pelo historiador da arte Alois Riegl (1858-1905), que antes mesmo de classificar os monumentos quanto ao seu grau de intencionalidade, os definiu como uma “obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos” (RIEGL, 2014, p. 31).

Ao discorrer sobre o perfil do espaço geográfico, aquele onde estão presentes todos os seres humanos, todas as firmas, todas as organizações e todas as ações, Santos (1999) o definiu como um teatro de fluxos com diferentes conteúdos, intensidades e orientações, observando que seu uso é seletivo e formado por objetos dotados de um propósito; neste sentido, a construção e a localização “dos objetos estão subordinados a uma intencionalidade que tanto pode ser puramente mercantil quanto simbólica, senão urna combinação das duas intencionalidades” (SANTOS, 1992, p. 52-3).

Considerando essa relação entre a fixação de objetos no espaço e seus objetivos racionalmente concebidos, a “noção de intencionalidade [passa a ser] fundamental para entender o processo pelo qual ação e objetos se confundem, através do movimento permanente de dissolução e de recriação do sentido” (SANTOS, 2006, p.14).

Interessamo-nos pela intencionalidade como marco explicativo para a inserção, no espaço, de diversos elementos com potencial de conversão em monumento, consideramos que a paisagem não deve ser interpretada apenas como forma material resultante da ação humana transformando a natureza, mas também como forma simbólica impregnada de valores

(CORREA, 2011), algo que ultrapassa os aspectos aparentes no espaço. A análise da organização espacial dos símbolos leva-nos ao estudo de seu impacto político, econômico, social e cultural na paisagem, compreendida aqui como o resultado imediato da intencionalidade humana na superfície terrestre (VITTE, 2007, p. 77).

Nesse contexto, devemos analisar a organização dos elementos simbólicos enquanto parte de uma política de organização espacial, compreendendo que a espacialização dos símbolos aliada ao seu conteúdo está no cerne de sua compreensão pelo viés geográfico de análise, uma vez que eles ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares (BONNEMAISON, 2002), cuja a organização espacial seja um fator determinante para a afirmação de identidades, personalizando a paisagem com algum elemento marcante para um grupo, comunicando permanentemente (JOHNSON, 1994 *apud* CORREA, 2005) para o conjunto social tal marca.

Em nossa proposta, avaliamos que a construção de um artefato monumental em local com “visibilidade e acessibilidade maximizadas garantem a maximização da capacidade de comunicarem aquilo que deles se espera” (CORREA, 2007 p 19), podemos falar que existe uma verdadeira política locacional vinculada a imperiosa necessidade de afirmação e reafirmação das identidades políticas, econômicas e culturais que se pretende valorizar em dado período histórico. É justamente nesse contexto que planejamos analisar o uso dos pórticos turísticos fixados em localidades associadas ao circuito desta atividade.

Em uma primeira aproximação, percebemos ser comum que tais elementos sejam estrategicamente colocados não nos limites territoriais, mas em zonas integradas aos roteiros de destaque, se convertendo em um pórtico de entrada para a área focal do circuito turístico, conformando se enquanto marco inicial do consumo da paisagem com tal objetivo, o que nos autoriza a falar em uma verdadeira política locacional, voltada à intensificação do uso do solo para as atividades turísticas.

Os pórticos são comumente utilizados como elementos de boas-vindas aos que adentram a localidade, apresentando características consideradas relevantes para determinado destino turístico. Concebidos como peças marcantes, não raras vezes funcionam como símbolo de direcionamento dos fluxos (LYNCH, 1982), representando uma marca registrada de dada localidade. Estruturados como parte de um conjunto de intervenções voltadas à turistificação de núcleos urbanos, muitos deles convertem-se em verdadeiras atrações turísticas, seja por sua

monumentalidade, ensejada por formas grandiosas, seja por sua importância sobre a representação social acerca dos destinos vinculados a eles.

Concebendo os pórticos e portais de entrada “enquanto formas politicamente concebidas” (CORREA, 2007, p. 9) capazes de compor, de forma marcante, a paisagem de determinados espaços públicos (CORREA, 2007), a ponto de, em alguns contextos, transformarem-se, eles mesmos, em símbolos para os observadores e transeuntes, que, por conta de sua inserção planejada para direcionar fluxos, os percebem como ponto de referência espaço-temporal (ALMEIDA SÁ, 2007), pretendemos estudar, a partir de dois conjuntos urbanos relevantes para o turismo no Estado do Rio de Janeiro, a política locacional vinculada à fixação destes monumentos pensadamente inseridos na paisagem.

Compreendemos ser relevante avaliar o caráter estratégico dos pórticos a partir de sua localização, compreendendo que simbolismo, visibilidade e acessibilidade compõem, juntos, os fins e os meios que giram a partir de um monumento (CORREA, 2005). Se tais construções podem ser percebidas como instrumentos essenciais para orientação e marcos de localização (LYNCH, 1982), observa-se aí a importância de sua localização relativa, conforme preconizada por Correa (2007); neste contexto, devemos analisar os pórticos como monumentos pensados com base na acessibilidade, face aos (demais) espaços sociais e econômicos da cidade.

Essa estratégia pode ser vista como um processo de organização espacial de símbolos voltados a personalizar a paisagem com algum elemento marcante para um grupo, comunicando permanentemente (JONHSON, 1994 *apud* CORREA, 2005) para o conjunto social tal marca, convertendo-se em elemento fundamental para a consolidação de relações de poder. Nesse sentido, é perceptível que os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares (BONNEMAISON, 2002), sendo sua organização espacial um fator determinante para a afirmação de identidades, pois apresentam grande potencial para perpetuar antigas tradições, fazendo parecer antigo o que é novo, sendo representantes de valores que são passados como se fossem de todos (CORREA, 2005).

Justamente por conta desse potencial de reavaliação simbólica dos elementos previamente fixados em núcleos históricos considerados relevantes para a atividade turística, que escolhemos analisar a relação pórtico-turismo nos roteiros turísticos das cidades fluminenses de Petrópolis e Vassouras, dois dos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro.

Nos processos de turistificação em núcleos urbanos históricos, a urbanização turística é comumente associada à patrimonialização de edificações e/ou blocos do tecido urbano, fazendo com que tal atividade se desenvolva em núcleos preliminarmente projetados para desempenhar funções sociais, políticas e econômicas não vinculadas ao turismo, mas sim à sustentação das dinâmicas socioespaciais importantes para o período de criação dessas cidades, dependendo da modelagem da atividade turística a se desenvolver, o que pode ser um fator de constrangimento ao planejamento urbano voltado à intensificação do setor.

O caso do tombamento de parte do sítio urbano de Petrópolis e de Vassouras, está envolto no contexto de formação do patrimônio urbano brasileiro e de suas estratégias de planejamento, proteção e conservação, especialmente durante o período de patrimonialização das chamadas cidades-monumentos (MIRANDA, 2017); atualmente, vemos uma certa convergência entre os poderes econômico e político voltados à promoção do turismo histórico e cultural, baseado justamente na patrimonialização dos sítios urbanos e na revalorização dos costumes vinculados aos personagens de maior poder local durante o período de organização preliminar das cidades.

É destacável notar que existe uma relação de ambas com o período pós-independência do Brasil. A primeira tendo se consolidado a partir dos símbolos de riqueza e poder do Estado Imperial e da Família Real, que escolheram Petrópolis como seu local de moradia; a segunda pelo poder econômico dos barões do café, tendo sido suporte para a produção, habitação e vida social dos grandes produtores de café do Vale do Paraíba Fluminense.

O que pretendemos analisar é a relação entre a construção dos pórticos como organizadores da atual configuração do sítio urbano e sua relação com as adaptações do sítio original em um contexto de urbanização turística como marca dos dois municípios nas últimas décadas.

2. OS PÓRTICOS EM PETRÓPOLIS: ELEMENTOS SIMBÓLICOS QUE REFORÇAM A MARCA DE UM PASSADO IMPERIAL

A cidade de Petrópolis é considerada o principal roteiro da região turística da Serra Verde Imperial. Seu centro histórico é notadamente marcado por fixos datados do período imperial brasileiro, especialmente por conta da residência de veraneio do imperador Dom Pedro II, hoje transformada no Museu Imperial. É justamente essa obra, destacada como o maior

símbolo do período na paisagem petropolitana, o elemento central de ligação entre a história da cidade e sua construção como destino turístico.

Atualmente, o município dispõe de dois pórticos: o primeiro deles, localizado no bairro Quitandinha (Figura 1a), é considerado a porta de entrada principal da cidade. Exatamente por isso, há integrados ao monumento um Centro de Informações Turísticas (Figura 1b) e uma área para exposição de artesanato. A construção do Quitandinha foi a primeira do tipo instalada no município, sendo datada de 1999; o segundo pórtico, de estrutura mais simples, está localizado no bairro Bingen, com estrutura e cores semelhantes ao primeiro. Esse serve somente como indicador da entrada para a cidade, não possuindo as estruturas anexas que caracterizam aquele.

Figura 1a: Pórtico do Quitandinha

Figura 1b: Centro de Informações Turísticas do Quitandinha



Fonte: 1a: Agenda Petrópolis. Disponível em: <https://www.agendapetropolis.com.br/agenda/seminario-em-petropolis-promete-agitar-o-turismo-na-cidade-imperial>

Fonte: 1b: Cleber Moraes (2012). Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/cleberudy/7244249458/>

Segundo a municipalidade, os pórticos foram inspirados nas formas arquitetônicas do museu imperial. Isso explica a simplicidade das construções, uma vez que o neoclássico – que inspirou parte importante da arquitetura oficial do Império, incluindo o Museu Imperial – buscava se afastar do detalhismo do Barroco.

O pórtico busca, então, reforçar – por meio das formas e das cores – sua identificação com o roteiro histórico, destacando a relevância que a cidade teve durante o Império, com os dizeres no letreiro disposto abaixo do frontão: “Petrópolis Cidade Imperial”. Esse perfil de monumentalidade é explicitado por uma diretora do setor de turismo da prefeitura. Para ela, esses monumentos são importantes para Petrópolis, pois indicam a quem passa por eles que o visitante está chegando a uma cidade histórica.

Para avaliarmos a monumentalidade dos pórticos, buscamos perceber de que forma o simbolismo, a visibilidade e a acessibilidade atuam como elementos que “compõem, juntos, os fins e os meios que giram em torno do monumento” (CORREA, 2007, p. 12).

A atividade turística é, ao menos desde os anos 1990, o fator central de desenvolvimento contemporâneo do município serrano, um processo que encerra profunda ligação com a própria constituição da cidade, ainda durante o período imperial. O que se consolida, então, é uma organização espacial presente, que se baseia sobre as figurações de um arranjo territorial pretérito (AMBRÓZIO, 2008), mas que busca proporcionar, via atividade turística, “uma reconquista territorial levada a cabo por uma coalização local gerenciada pelo governo municipal” (*Ibidem*, p. 26). Esse consenso é alicerçado pela incorporação oficial da imagem da Petrópolis, cidade imperial, que está concretizado no letreiro dos pórticos, mas que também permeia todo o processo de desenvolvimento dos planos e ações voltadas ao turismo, desenvolvidos pela municipalidade. A escolha do slogan “Petrópolis: cidade imperial” tem estreita relação com a constituição de um capital simbólico que imprima ares de distinção, autenticidade e particularidade ao município¹, convertendo tal marca em potencial geradora de ganhos econômicos (HARVEY, 2005).

A reconstituição histórica pela via da *cidade slogan* é elemento marcante no desenvolvimento da preservação em Petrópolis. Santos (2009) considera que boa parte dos elementos hoje valorizados como marcantes para o Império foram invenções republicanas, que, em um primeiro momento, utilizam a reconstituição do período como um elemento simbólico a ser incorporado no projeto conformador de uma imagem nacional para o país. É nesse contexto que se cria o Museu Imperial, que se prestou (ao menos naquele momento) a consolidar a metáfora do Império como símbolo do fascínio que as imagens da nobreza têm sobre o público.

A proposta insere Petrópolis na lógica empresarial do planejamento, caracterizando-se por ações voltadas a uma centralidade baseada no desenvolvimento de uma economia de serviços com caráter seletivo (ARAÚJO JUNIOR, 2010), cuja atividade turística é um dos elementos centrais. Neste contexto, o sítio urbano local passou por intervenções que objetivaram reforçar a imagem do destino como capital do Império Brasileiro.

Dentre as ações de reconfiguração das funções urbanas associadas à turistificação, destacam-se a construção dos Centros de Informações Turísticas, incluindo o pórtico do

¹ Nesse quadro, Petrópolis é, não raras vezes, trabalhada como a única cidade imperial do continente americano, ainda que isso não passe de uma meia-verdade, uma vez que o próprio Dom Pedro II concedeu esse título a diversas outras localidades. Dentre as cidades brasileiras com o título de Imperial, podemos citar: Rio de Janeiro, São Paulo, Villa Rica (atual Ouro Preto-MG), Itu-SP, Niterói-RJ, São Luís do Paraitinga-SP e Belém-PA.

Quitandinha; a elaboração de roteiros e circuitos; a aplicação de sinalização viária e turística, além da reurbanização do centro histórico. Todas as operações descritas, em conjunto, exemplificam a intenção de organizar o espaço, baseando-se no simbolismo da monarquia, inclusive inventariando, reformando e construindo fixos que poderiam ser utilizados para consolidar tal imagem. Nessa conjuntura, nenhuma outra construção simboliza mais essa imagem, que o Museu Imperial, que deve ser visto como um dos principais (senão o principal) marcos territoriais e simbólicos da cidade (CARDOSO, 2019) e do período que se quer valorizar para o consumo turístico.

No contexto analisado, a monumentalidade simbólica do pórtico não está nele enquanto obra arquitetônica, mas sim em sua capacidade de remeter o visitante ao Museu Imperial, e desse, ao próprio Império. A monumentalidade associada ao pórtico deve ser compreendida no interior dessa construção simbólica que se baseia na concepção de “Petrópolis como destinação turística possui[r] um aspecto diferencial como ‘Cidade Imperial’ que se caracteriza pela diversidade de atrativos histórico-culturais” (PETRÓPOLIS, 2009, p. 39). Os pórticos, como exemplos de monumentos intencionais², foram construídos justamente nos períodos de criação e reforço da marca turística que se quis imprimir para o município.

Nesse cenário, a requalificação urbana de áreas avaliadas como históricas³, assim como a inserção de outras marcas no espaço, a exemplo dos pórticos, pode ser vista como parte de uma estratégia de territorialização geossimbólica do espaço, utilizando o turismo como justificativa para preservar (de forma conservadora) determinadas características espaciais que são consideradas econômica e/ou culturalmente relevantes. A ligação entre pórtico, Centro Histórico, atrativos turísticos e roteiros de viagem insere-se na lógica de produção espacial geossimbólica trabalhada por Bonnemaïson (2002), uma vez que a relação entre o itinerário traçado do portal de entrada ao centro histórico foi pensado justamente para fortalecer a identidade avaliada como marca principal da cidade, servindo também como estratégia de fortalecimento dos grupos sociais identificados com tal característica, uma vez que o

² Como os pórticos são objetos inseridos no presente com a intenção de valorizar o patrimônio histórico e cultural de parte do centro histórico, sendo também estruturas de direcionamento de fluxo, podem ser interpretados como monumentos intencionais, diferentes dos bens tombados que, de acordo com a classificação de Riegl (2006) se aproximariam mais dos monumentos não intencionais, por terem sido concebidos com funções sociais não ligadas a valorização ou exaltação a determinada manifestação.

³ Registramos aqui que todo o espaço geográfico é histórico. O valor de uma área histórica tem muito mais relação com as disputas discursivas (e financeiras) associadas à patrimonialização de espaços que ao fato de existirem espaços prechos de história, em contraposição aos historicamente vazios.

recrudescimento desse mesmo núcleo territorial [o centro histórico] significaria o favorecimento de uma coalização de elite, interessada na reabilitação de uma potência territorial (AMBRÓZIO, 2008). Esse modelo de planejamento visa converter as áreas selecionadas em um museu a céu aberto, fazendo perdurar a imagem imperial no imaginário e na memória coletiva (CARDOSO, 2019).

A colocação dos pórticos em pontos considerados como as portas de entrada oficiais da cidade é estratégica para o redirecionamento dos fluxos, concentrando-os na BR-040, que foi gradativamente transformada em porta de entrada oficial da cidade, apagando o caminho histórico, via RJ 107, chamado de Estrada Real e verdadeira rota para acesso ao local de veraneio da Família Real. Fatos como esse corroboram com a tese de que o fator acessibilidade e visibilidade estão no interior do que Correa (2005; 2007) chamou de política locacional dos monumentos, por considerar que “a localização de um monumento no espaço urbano tem um sentido político” (CORREA, 2007, p. 15).

Nesse contexto, a política locacional pode ser vista também como parte de uma estratégia de direcionamento dos fluxos turísticos. Em uma cidade que prima pela valorização de sua história, é curioso perceber que a chegada ao centro via Alto da Serra esteja desintegrada dos circuitos turísticos indicados pelos pórticos. A chamada Serra Verde Imperial foi devassada como caminho da monarquia, justamente no trecho que desemboca nesse bairro; ainda assim, o conteúdo histórico desse trajeto é apagado, quando muito é marginalmente lembrado, mostrando que a preservação do patrimônio, quando subjugada aos desígnios do mercado turístico, tende a ser feita de forma parcial, considerando aspectos valorizados pelo setor e desconsiderando o valor histórico e cultural de áreas e monumentos que estão fora dos roteiros e circuitos programados pelos agentes hegemônicos.

Nesse caso, a localização dos pórticos pode ser avaliada como uma reinterpretação do passado, baseada na organização espacial do presente, especialmente por ajudar no deslocamento do turismo para o eixo da Rodovia Washington Luís como caminho de acesso ao centro histórico. É óbvio que a rodovia que liga o centro histórico ao caminho do ouro não suportaria o alto fluxo que hoje a BR-040 acomoda⁴, mas, ainda assim, não se pode esquecer

⁴ Dados do Observatório Regional do Turismo de Petrópolis informam que cerca de 1.200.000 visitantes e 600 mil turistas frequentam a cidade por ano. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/noticias/item/21318-prefeitura-divulga-numeros-da-visitacao-nos-principais-atrativos-turisticos-de-petropolis>

que o Alto da Serra é um bairro periférico, acessível via RJ 107, estrada de conteúdo histórico intimamente ligado ao período monárquico⁵ (tanto que faz parte do circuito Estrada Real); porém, seu leito cruza localidades de baixo valor agregado para o *trade* turístico, caracterizadas pelo perfil básico das áreas periféricas, ou seja, dominadas pelos chamados *usos sujos* do espaço, pela habitação de baixa renda, geralmente autoconstruída, conformando-se como área de conteúdo esteticamente desprezível pelo turismo. Nesse caso, a ausência do pórtico na localidade sugere um acordo para não inserir no foco das ações, o caminho por onde o Imperador cruzou o estado para “descobrir” a futura cidade imperial.

Se, como vimos, os pórticos são monumentos fixos que objetivam controlar e direcionar os fluxos, quando da composição de um roteiro turístico, os fluxos passam a governar os fixos, adequando-os ou mesmo eliminando-os, quando não relevantes para a valorização estética e/ou econômica da atividade. A conjuntura descrita impõe aos pórticos uma colocação, voltada a garantir certa continuidade estética com o roteiro que se quer destacar. É comum o uso dos monumentos como ponto referencial de itinerários voltados à localização de determinadas áreas associadas ao *trade* turístico.

No caso de Petrópolis, a história ligada ao Império, há muito, estava descaracterizada, fruto dos períodos posteriores a ele, em que a cidade perdeu os elementos que a fizeram ser famosa (o fim do Império decretou sua perda de centralidade como residência oficial da família real, e a transferência da capital para Brasília a fez perder o charme associado ao veraneio dos presidentes da República). A expansão da industrialização e da própria metrópole do Rio de Janeiro fez com que o passado fosse entrecortado por uma série de elementos novos, que descaracterizavam a paisagem imperial, que já havia sido forjada com base na segregação profunda, proposta pelo plano Koeller. Ambrózio (2008) nos lembrou do atulhamento sofrido pelo centro da cidade, por conta da evolução da urbanização e da industrialização. Esse processo *sujou* diversas áreas que seriam acolhidas para o projeto de reconstrução da imagem da cidade para o consumo turístico⁶.

⁵ É curioso notar como a historiografia do *trade* turístico sobre o nascimento da cidade marginaliza o conteúdo histórico do caminho velho. Fala-se do sonho de Dom Pedro I e da organização da cidade por seu sucessor, mas dificilmente é citado com detalhes que o caminho utilizado pela comitiva imperial era via Alto da Serra. Há um cerceamento do conteúdo histórico do bairro que não tem nenhum atrativo histórico cadastrado nos portais oficiais de turismo.

⁶ Ambrózio (2008) ainda nos lembra de que o núcleo duro do centro histórico de Petrópolis sequer perdeu seu caráter aristocrático, tendo sido mantido, majoritariamente, como área de prestação de serviços avançados e área de moradia das classes médias. As reformas urbanísticas teriam também um caráter preventivo, evitando que tal área pudesse ser ocupada por classes e usos de solo indesejáveis, algo que vinha gradativamente

A atividade turística significou a construção de um consenso pelo alto, em que agentes relevantes para a economia da cidade decidiram ativar a marca imperial, direcionando-a para a construção de um perfil adequado ao consumo pelo mercado turístico. O resultado foi um contínuo processo de reorganização espacial, objetivando rememorar, ainda que de forma pejorativa, os elementos históricos da monarquia, sendo parte importante dessa iniciativa as operações de limpeza estética das áreas escolhidas como parte do roteiro. Esse consenso, criado pelos grupos economicamente hegemônicos, materializa-se com o projeto de requalificação do centro histórico, que acontece com certa continuidade, independente do grupo político que esteja no comando do poder municipal⁷. Nesse caso, o pórtico, que fora construído justamente no bojo das transformações visando requalificar determinadas áreas da cidade para o turismo, serviu como reforço identitário, um auxílio nesta busca por refundar o passado, tendo como um de seus suportes um monumento construído no presente, mas forjando um futuro⁸ claramente associado aos valores de outrora (ANJOS, 2011). Essa simbolização histórica, no caso da Petrópolis imperial, transformou-se em isca (AMBRÓZIO, 2008) para o desenvolvimento da atividade turística, uma vez que, apesar da alcunha (oficialmente dada pelo presidente João Baptista Figueiredo), restringe-se somente a partes selecionadas do centro urbano municipal.

O caso dos pórticos de Petrópolis é fator ilustrativo da importância estratégica que localização do monumento possui em seu planejamento, estando em concordância com a avaliação de Correa (2005; 2007) sobre a verdadeira política locacional que encerra a espacialização dos monumentos.

ocorrendo com a centralização urbana da área. O pesquisador aponta que os projetos de requalificação do centro histórico são, na prática, uma estratégia de cerceamento de uso do solo pelas classes populares.

⁷ Episódios marcantes da convergência de ideais administrativos, podem ser vistos desde a concepção do Primeiro Plano Diretor para o turismo municipal (1998); sua revisão, de 2009, que reafirma a imagem central do município; passando pelo Projeto de Valorização do Centro Histórico de Petrópolis – Pró-Centro (2000); até a modificação de legislações concernentes ao uso e organização do solo, que, segundo Ambrózio (2008), datam de 1997.

⁸ Isso fica claro quando vemos as palavras do prefeito Rubens Bomtempo, de 2006, quando da aceleração das obras de requalificação das áreas determinadas como Centro Histórico. O administrador cita que tal projeto era desejo dos petropolitanos, que gostariam de ver o resgate da Rua do Imperador. Afirmou ainda que tal resgate era resultado de um pensamento de futuro, de quem projeta a cidade para pelo menos 50 anos, ao atrair turistas como forma de fomentar a economia (*apud* AMBRÓZIO, 2008).

3. O PÓRTICO DE VASSOURAS COMO EXPRESSÃO DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA VINCULADA À REVALORIZAÇÃO DOS SÍMBOLOS DO CICLO CAFEIEIRO

Turistificar envolve a construção de uma narrativa que se manifesta na paisagem por meio de símbolos diversos, sendo os monumentos relevantes para tal dinâmica, afinal eles “têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens, impregnando lugares de valor estético e simbólico” (CORREA, 2007, p 11).

O principal elemento associado à turistificação do destino é o tombamento de seu centro histórico, evento promovido pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico (IPHAN) em 1958. Segundo o órgão federal, o tombamento se justifica porque o conjunto histórico, urbanístico e paisagístico de Vassouras, como resultado do apogeu econômico que originou a riqueza dos fazendeiros de café, barões e viscondes, fez surgir casarios, palacetes, hotéis e colégios que guardam a memória dessa fase próspera, quando ganhou a alcunha de "Cidade dos Barões" (IPHAN). As edificações consideradas como destaques do conjunto arquitetônico hoje cumprem a função de Câmara Municipal e o Paço Municipal, vistos como símbolos da importância política da cidade, durante o ciclo de exploração cafeeira.

Para Miranda (2017, p. 32), “a proteção do Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Vassouras é parte do contexto de formação do patrimônio urbano brasileiro e de suas estratégias de planejamento, proteção e conservação”.

Vassouras é considerada a cidade com a paisagem mais ligada ao ciclo cafeeiro, por isso mesmo, é comumente chamada de “A princesinha do Café”. Marafon (*et al*, 2009) nos lembra que o turismo regional foi ativado por conta da refuncionalização das fazendas cafeeiras. Além das fazendas cafeeiras que deram origem a Região Turística Vale do Café, em Vassouras, a própria paisagem do núcleo urbano é considerada um elemento importante para a organização do turismo histórico e cultural, sendo assim, os tempos áureos do café poderiam ser rememorados tanto em suas imponentes fazendas, quanto na própria ambiência urbana, algo que justificou até mesmo o tombamento paisagístico de Vassouras. Tal questão pode ser expressa a partir do tombamento da arborização e das peculiaridades das construções públicas e particulares, além do próprio espírito do lugar, baseado na simplicidade de um conjunto que evocaria o prestígio da nobreza rural do café do século XIX (MIRANDA, 2017).

A intensificação do fluxo turístico foi fundamental para reduzir um período longo de decadência econômica da região. Por conta disso, toda a narrativa construída pelo *trade* turístico busca reforçar a simbologia associada à pujança econômica que se reflete na arquitetura das áreas turistificadas. Nesse contexto, é importante lembrar que, no processo de formação de um patrimônio cultural, os discursos são articulados enquanto narrativas, sendo produzidos a partir das relações de poder desenvolvidas nos diversos grupos sociais, o que significa dizer que, os processos de tombamento e intervenções nos sítios urbanos, são parte de uma ação seletiva de memória e de uma história a ser narrada como constituinte da totalidade do patrimônio, o que nos autoriza a falar em uma patrimonialização por eleição de bens materiais presentes no sítio urbano, transformando os valores iniciais do objeto (cidade), inserindo novos valores de troca e ideais, construindo uma relação dialética entre o esquecer/lembrar e do incluído/excluído como parte de uma estratégia para salvaguardar um passado atualizado e ressignificado, a partir de construções narrativas do presente, enunciadas a partir de discursos e práticas preservacionistas (MIRANDA, 2012).

Nesse percurso de reconstituição do passado, baseado na seletividade discursiva e paisagística e com o turismo sendo atividade-chave para a economia municipal, a justificativa para a edificação do portal turístico baseia-se em sua importância histórica e arquitetônica, bem como na relevância que possui no cenário turístico estadual, em decorrência da existência de antigas fazendas cafeeiras que servem para visitação e hospedagem na atualidade, após passarem por processo de refuncionalização. Neste caso, Vassouras pretende fortalecer sua identidade turística através da qualificação dos serviços de informação e sinalização dos roteiros e atrativos.

A construção do monumento foi estabelecida como uma das ações de planejamento urbano vinculadas ao chamado Plano Diretor Participativo de Vassouras (Lei Ordinária nº 2.270, de 20 de março de 2007). Na legislação, a estruturação da política de planejamento teria como um dos nortes estratégicos a consolidação da cidade como um polo turístico-esportivo, com o chamado “portal dos barões”, a ser instalado na entrada da Avenida Santa Amália sendo uma das ações dessa proposta. A proposta de incorporação do pórtico em Santa Amália vem acompanhada de uma hierarquização dos acessos ao centro histórico, uma vez que os demais pontos de entrada deveriam ser ornamentados com portais de menor proporção.

Uma das características do território municipal, até por conta de sua extensão, se considerarmos o contexto do Centro-Sul Fluminense, é a quantidade de acessos ao núcleo

urbano principal do município, o que, segundo Ferraz (2011), seria um fator relevante para o desenvolvimento local. Como é o acesso aos monumentos e a própria ambiência do Centro Histórico o principal fator de incentivo a uma política locacional associada ao turismo, é importante avaliarmos a organização cotidiana do fluxo de acesso à localidade, considerando que atualmente a Rodovia Lúcio Meira (BR-393) é a mais importante rota de chegada a Vassouras, “observa-se que a Rua Barão de Vassouras, inclusa na área tombada, faz a ligação entre a Rodovia Lúcio Meira (BR-393) e Rodovia RJ-121, além de ser uma importante via da cidade” (MIRANDA, 2017, p. 94), nesse sentido, os caminhos da rodovia ao centro histórico foram organizados em uma espécie de zoneamento, cujo acesso via Santa Amália converteu-se na chamada entrada principal ao centro da cidade.

Como o objetivo central da organização do fluxo turístico é a confluência dos visitantes para o núcleo central do conjunto tombado, foi avaliado pela municipalidade que a falta de sinalização turística e a dificuldade dos turistas de encontrar os principais acessos à cidade era um fator prejudicial para o turismo local. Identificado o problema, a prefeitura pretendeu, com a construção do pórtico e da sinalização turística, melhorar a infraestrutura de atendimento ao turista, e facilitar o acesso ao município, direcionando o fluxo para o acesso Santa Amália, transformando-o em entrada prioritária através da ornamentação paisagística, com inspiração direta do conjunto urbano patrimonializado, inserindo na paisagem, além do pórtico, placas sinalizadoras, iluminação cênica e palmeiras imperiais, a exemplo do que foi feito no entorno do pórtico petropolitano (Imagem 2).

Imagem 2: Ornamentação e pórtico de Entrada do circuito turístico do centro histórico



Fonte: Os autores

Com boa gama de serviços de informação, estudos e roteiros construídos e em franca consolidação, a principal necessidade de um município já integrado às rotas prioritárias de fluxo turístico seria o aprimoramento dos serviços prestados. Dessa maneira, o pórtico seria parte de um conjunto de intervenções propostas para cessar o problema da falta de sinalização turística nos núcleos e caminhos considerados relevantes para os atores envolvidos no circuito.

Um projeto integrando pórtico e sistema de sinalização é característico de localidades que já detém experiência no ramo, exatamente por isso, sua construção é geralmente associada a uma política locacional voltada ao direcionamento de fluxos e valorização dos pontos e áreas de interesse turístico, o que, no caso de Vassouras, tem ligação direta com o conjunto urbano da área central da municipalidade, tombado pelo IPHAN na década de 1950.

Para Vassouras (e seus vizinhos do Vale do Café), o turismo tem significado o fim de uma grande depressão econômica, quase secular, que se arrastava por conta da decadência do ciclo cafeeiro e das consequências ambientais deste para o solo da região. Foi a refuncionalização das antigas fazendas cafeeiras que deu expressividade ao turismo local (MARAFON, *et.al*, 2009) e reativou economicamente áreas decadentes, especialmente durante a década de 2000, mas, como parte de um movimento com certa linearidade desde os anos 1980.

Em seu estudo, Silva (2003) lembrou que Vassouras havia sido o município mais modelado pela economia cafeeira, algo registrado em sua paisagem marcada por casarões e fazendas provenientes do ciclo do café. A pesquisa apontou ainda “a falta de políticas concretas por parte do governo local e a divergência de interesses dos proprietários que acaba[va]m por limitar o potencial turístico do município” (SILVA, 2003, p. 49).

Houve avanços com relação a integração entre variados setores para fomento do turismo no Vale do Café. Em pesquisa publicada em 2010, Natal aponta que os proprietários “projeta[va]m no turismo uma nova fonte de renda para a manutenção do patrimônio e acredita[va]m na consolidação do turismo como principal atividade econômica da propriedade” (NATAL 2010, p. 32), inclusive com potencial para substituir a produção agrícola. Esta análise preliminar registra a superação de alguns dos entraves supracitados, fruto também da convergência de políticas públicas de alcance estadual e nacional, além da consolidação da visão dos mantenedores das fazendas sobre a importância do investimento em turismo.

O pórtico serve como afirmação de um destino consolidado na oferta de turismo histórico-cultural e no turismo de experiência baseados em um período marcante da evolução histórica nacional. O uso do termo “Princesinha do Café”, na justificativa, dá pistas de ser este

o aspecto desejável para ser destaque no monumento, a história do café e sua importância para o país, destacando também uma proposta de rememorar a vida no Império, assim como as relações sociais presentes no período.

O projeto demonstra ter intenção de determinar o tipo de turismo ao qual se pretende valorizar na cidade, o histórico/cultural, buscando, a partir da ativação do uso turístico do patrimônio, estabelecer uma identidade local que, ao (re)inventar uma tradição, reforça na paisagem o poder oligárquico, ao mesmo tempo em que diferencia o município no mercado turístico (CASTRO, 2008). As formas planejadas para o pórtico foram construídas objetivando aproximar, através das colunas, do arco e dos detalhes da mureta, os principais fixos históricos presentes no município: o Paço e a Câmara Municipal, ambos representantes da arquitetura neoclássica.

Esta ligação não é por acaso, pois o neoclássico foi considerado por muitos estudiosos como o modelo arquitetônico oficial do Brasil Imperial⁹. Construir um pórtico com tal projeto arquitetônico, não só o incorpora ao circuito turístico local e regional, como leva também ao visitante que chega um pouco do estilo imperial valorizados nos circuitos turísticos municipais. O destaque dado ao fato de ser construído em “Pedra de Cantaria” também tem relação com a história. Esse padrão de construção tem profunda ligação com a colonização portuguesa, estando presente em diversas cidades históricas brasileiras.

Este é sem dúvida um caso de construção de pórtico de entrada efetivamente alinhado e planejado para ser um novo atrativo dentro de um modelo previamente estruturado de turismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em marketing urbano, é comum que trabalhemos com a perspectiva de Harvey (2005), para quem o desenvolvimento destas ações está inserido na alteração do modelo de organização das cidades, que passaram de um administrativismo ao empreendedorismo urbano, um modelo preconizador da construção de elementos que favoreçam a cidade em seu papel de ambiente de negócios. Um dos resultados visíveis dessa forma de organização

⁹ Ver mais detalhes em:

Guia da Arquitetura colonial, neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro / Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro; organizador: Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, Alberto. "Origens da Arquitetura Classicista do Império". In Machado, Nara & Mizoguchi, Ivan (orgs). Palladio e o Neoclassicismo. EdiPUCRS, 2006

administrativa (especialmente no âmbito municipal) é a concepção de uma planificação fragmentária em detrimento do planejamento urbano abrangente, preocupando-se mais com efemeridades, com a moda e com a imagem do que com a busca de valores duradouros. Essa parece ser a razão de ser dos governos municipais: tornar as cidades atraentes para a competição com outras, que também estão à venda (VAINER, 2002).

Nessa conjuntura, uma das diretrizes de trabalho dos administradores empreendedores é a produção de uma identidade local (HARVEY, 2005). É justamente no interior dessa estratégia que concebemos as propostas de construção de pórticos voltados ao turismo. Em um contexto de competição internacional pela atração de capital e [determinados perfis de] pessoas, a promoção das identidades culturais ou naturais locais pode ser vista como uma marca de singularidade (SÁNCHEZ, 1999).

Tais monumentos se prestam a demarcar roteiros, fortalecer ou criar a imagem urbana e consolidar uma pretensa identidade municipal. Sua vinculação às estratégias de marketing urbano é visível em sua própria colocação no espaço. Nos municípios avaliados, os monumentos não se colocam nos limites municipais, mas sim em áreas consideradas estratégicas para o controle do fluxo turístico e da marcação das áreas selecionadas para consumo. Os pórticos serviriam como estratégia de veiculação de imagens sintéticas da cidade, ajudando a demarcar a seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana (SÁNCHEZ, 1999).

Em Petrópolis, a principal cidade turística da chamada Serra Verde Imperial, o pórtico é claramente trabalhado como cartão de visitas da marca principal, trabalhada desde os anos 1990, como foco central da promoção turística local, totalmente voltada ao passado imperial da área central da cidade. A monumentalização, assim como sua localização, sugere um direcionamento dos fluxos para o tempo-espaço que se quer valorizar: o período imperial e as marcas deixadas por esse no chamado centro histórico. O pórtico é o elo inicial e parte de uma série sequencial de elementos marcantes que objetivam se conformar em forma-modelo de deslocamento das pessoas (LYNCH, 1982) pela localidade; planejando uma estrutura de viagem ao passado, pensada sob os marcos simbólicos relevantes no presente, por isso mesmo, configuram-se como uma simplificação do real, baseada na seleção estratégica de formas, costumes e fixos, que serão destacados do conjunto arquitetônico local, para potencializar o município enquanto destino turístico.

Nas duas localidades, o patrimônio histórico-arquitetônico pode ser compreendido como parte de um processo de “qualificação da paisagem, como uma mercadoria a ser consumida nesta época de valorização do turismo histórico-cultural” (CASTRO, 2008, p. 133), neste contexto, os monumentos cumprem sua função de organizadores dos fluxos turísticos e marcas simbólicas dos elementos de diferenciação dos municípios (ou da parte selecionada deles) no cenário de promoção do turismo, fazendo parte de um conjunto geossimbólico caracterizado por formas, cores e costumes tidos como específicos, tendo sua monumentalidade compreendida enquanto parte de um conjunto de marcas, que só podem ser qualitativamente compreendidas no contexto social que as engendra.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA SÁ, Salma Dias. **A cidade, os monumentos públicos e suas relações com o social**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 25 a 25 mai. 2007, Salvador. Anais do III ENECULT, Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/SalmaDiasAlmeidaSa.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018

AMBROZIO, Júlio César Gabrich. **Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis: uma história territorial**. 2008. 376f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06012009-163050/publico/JULIO_CESAR_GABRICH_AMBROZIO.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020

ANJOS, Melissa. **Algumas considerações geográficas sobre monumentos**. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 3 n. 5 p. 65-79, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3970/3166>. Acesso em: 13 abr. 2020

ARAÚJO JUNIOR, Aramis Cortes de. **Transformações no espaço terciário de Petrópolis: do empreendedorismo urbano às centralidades, analisando os distritos Sede e Itaipava**. 2010. 196f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_a30cde77c06aed018ed8d750b20cf684. Acesso em: 17 mar. 2020

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 196p. p.83-131.

CARDOSO, Diogo da Silva. **História, natureza e muito mais: marketing territorial e diversificação do produto turístico em Petrópolis (RJ)**. In RIBEIRO, Miguel Ângelo;

FERNANDES, Ulisses da Silva (Org.). **Geografia e Turismo**: reflexões interdisciplinares, Curitiba: Appris, 2019. 345p. p.85-106.

CASTRO, Demian Garcia. Patrimônio Histórico-Arquitetônico como marca de qualificação da paisagem: um olhar sobre as fazendas cafeeiras e açucareiras do interior fluminense in MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). Revisitando o Território Fluminense II. - Rio de Janeiro – Gramma, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Monumentos, Política e Espaço**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, Vol. IX, n. 183, 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018

_____. A Paisagem e as Imagens. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, n. 29, p. 7-21. Jan/jun. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3528/2454>. Acesso em: 20 ago. 2018

_____. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. GEOgraphia, Niterói, v. 9, n. 17, p. 7-17, 2007b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13530/8730>. Acesso em: 20 ago. 2018

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Coleção Arte e Comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 208 p. il.

MARAFON, Et. Al. (Orgs.). Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro – Gramma, 2011.

MIRANDA, Ana Carolina Neves. **História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras-RJ, 1958-2009**. 2012. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/2zrtkhrn>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MIRANDA, Keilla. Sítio histórico urbano de Vassouras/RJ e entorno: projeto de uma única cidade. Dissertação (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 186, 2017. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/863352.pdf>. Acesso em 03 jul. 2024.

NATAL, Caroline Beserra. As Fazendas de Café do Vale do Paraíba: uma análise sobre a “Ressignificação” dos Espaços Rurais no Estado do Rio de Janeiro in MARAFON, Gláucio José e Ribeiro, Miguel Angelo (ORGs.). Revisitando o Território Fluminense III. – Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. **Petrópolis Imperial**: Proposta de Revisão do Plano Imperial – Plano Diretor para o Turismo da Cidade de Petrópolis. Petrópolis – RJ, 2009. Disponível em:

<http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/phocadownload/documentos/Plano%20Diretor%20de%20Turismo%202010%20-%202019.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

RIEGL, Alois. **O Culto dos monumentos**: sua essência e sua gênese. São Paulo, Editora Perspectiva, 2014. 88 pp.

RODRIGUES, Cristiane Moreira. **Cidade, monumentalidade e poder**. GEOgraphia. Niterói – RJ, v. 3, n. 6, p. 42-52. jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13410/8610>. Acesso em: 02 abr. 2020

SÁNCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação**: uma leitura crítica dos modelos emergentes. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Campinas, n. 1, p. 115-132. mai-nov. 1999. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13/1>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, v. 7, n. 14, p. 49-59, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12801/11984>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Museu imperial**: a construção do Império pela República. In: ABREU Regina; CHAGAS Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2009. 320p. p. 115-135

SCIFONI, Simoni. **A natureza desigual do patrimônio cultural e outras perspectivas**. In: PAES, M. T. D; SOTRATTI, M. A. Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural – São Paulo: Annablume, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

SILVA, João Luiz de Figueiredo. Considerações sobre o Desenvolvimento Territorial na Região Administrativa Centro Sul Fluminense – RJ in MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs). Revisitando o Território Fluminense. Rio de Janeiro – NEGEF, 2003.

VAINER, Carlos Bernardo. **Pátria, empresa e mercadoria**: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 192p. p. 75-103.

VITTE, Antonio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 6, n. 11, p. 71-78, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273620627008.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.